



# **SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA EXPERIÊNCIA DE REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SOURE/PA**

**LOCAL AGRI-FOOD SYSTEMS: PAST, PRESENT AND FUTURE OF  
THE REGIONALIZATION EXPERIENCE OF SCHOOL MEAL IN THE  
MUNICIPALITY OF SOURE/PA**

# SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA EXPERIÊNCIA DE REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SOURE/PA

## LOCAL AGRI-FOOD SYSTEMS: PAST, PRESENT AND FUTURE OF THE REGIONALIZATION EXPERIENCE OF SCHOOL MEAL IN THE MUNICIPALITY OF SOURE/PA

Karan Roberto da Motta Valente<sup>1</sup> | Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro<sup>2</sup>  
Maria Regina Sarkis Peixoto Joele<sup>3</sup>

Recebimento: 23/02/2022  
Aceite: 20/04/2023

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares (IFPA). Professor na Universidade do Estado do Pará. Belém – PA, Brasil.  
E-mail: karan.valente@uepa.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Agrárias (UFRA). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Castanhal – PA, Brasil.  
E-mail: regina.joele@ifpa.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia de Alimentos (UNICAMP). Professora na Universidade do Estado do Pará. Belém – PA, Brasil.  
E-mail: suezilde.ribeiro@ifpa.edu.br

## RESUMO

Nos municípios da Ilha do Marajó, ricos em biodiversidade, mas que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil, o acesso à alimentação saudável e de boa qualidade, para crianças e jovens da região, muitas vezes só é possível na merenda escolar. A regionalização desta, a partir da identificação de alimentos tradicionais, dentro de um conceito de “sistemas agroalimentares locais” pode ser uma nova possibilidade de desenvolvimento para tais locais, partindo da agricultura familiar local, (re)construindo pontes relacionais dada a proximidade entre produtos, produtores e consumidores. Compreender a dinâmica destes sistemas em suas complexas redes e cadeias que vão da produção ao consumo, bem como suas aplicações pragmáticas na realidade, constituem relevância essencial para avançar no debate em torno do desenvolvimento rural. Assim, o presente artigo busca, à luz destas temáticas, apresentar e debater a experiência do Programa de Regionalização da Merenda Escolar no município de Soure/PA, como forma de identidade e desenvolvimento rural local. O procedimento metodológico empregado foi o estudo de caso, contextualizando esta iniciativa e descrevendo-a em profundidade a partir da coleta e análise de dados por meio de entrevistas, observação, uso de dados secundários e análise documental. Os resultados apontam uma experiência exitosa e de importante impacto positivo, onde foi possível que estudantes pudessem passar a dispor de alimentação saudável e segura, paralelamente ao desenvolvimento de empreendimentos agroalimentares e avanços na pauta da sustentabilidade da agricultura familiar e ecossistema econômico-social local.

**Palavras-chave:** Sistemas agroalimentares locais. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Produtos regionais.

## ABSTRACT

In the municipalities of Marajó Island, rich in biodiversity but with the lowest human development indexes (HDI) in Brazil, access to healthy and high-quality food for children and young people in the region is often only possible through school meals. Regionalizing these meals based on the identification of traditional foods within the concept of "local agri-food systems" could offer a new development possibility for these areas, building on local family farming and (re)establishing relational connections given the proximity between products, producers, and consumers. Understanding the dynamics of these systems, their complex networks, and chains from production to consumption, as well as their pragmatic applications in reality, is essential to advance the debate around rural development. Thus, this article aims to shed light on these issues by presenting and discussing the experience of the School Meal Regionalization Program in the municipality of Soure, Pará, as a means of fostering local identity and rural development. The methodological approach employed was a case study, contextualizing this initiative and providing an in-depth description through data collection and analysis using interviews, observation, secondary data, and document analysis. The results indicate a successful experience with significant positive impact, where students were able to have access to healthy and safe meals, alongside the development of agri-food enterprises and advancements in the sustainability of local family farming and the socio-economic ecosystem.

**Keywords:** Local agri-food systems. Family farming. Rural development. Public policy. Regional products.

## INTRODUÇÃO

Alimentar-se, com qualidade e dignidade. Mais do que um direito de todo ser humano, essa é uma necessidade inarredável. Em que pese o fato da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ser indispensável em qualquer contexto, o debate a respeito da pauta continua atual e relevante face às severas dificuldades e reflexos da sua não garantia - a "insegurança alimentar" – a qual, infelizmente, ainda é realidade majoritária em muitos locais do mundo e do Brasil.

Ao passo, considerando locais onde a pobreza é elevada e o índice de desenvolvimento humano (IDH) é muito baixo, as escolas frequentemente se tornam o único refúgio para crianças e jovens estudantes terem acesso a refeições nutritivas e de boa qualidade. Ilustração disto, é que, não raro, reportagens jornalísticas noticiam situações em que escolas permitem que seus alunos levem merenda para suas casas, por "razões humanitárias", arriscando burlar regras, mas ajudando



as famílias em situação de vulnerabilidade (TENENTE, 2022).

Contemporâneo debate, o relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World*” da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revela preocupante aumento da fome mundial, estimando seu impacto a 811 milhões de pessoas. Além disso, estima-se que 2,3 bilhões de indivíduos, cerca de 30% da população global, não tenham acesso à alimentação adequada durante todo o ano – estatística esta caracterizada como “prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave”, a qual apresentou um crescimento anual maior do que nos últimos cinco anos combinados (FAO, 2021).

Machado (2006) e Campos *et al.* (2020) asseveram que este é o cenário e o referencial para fundamentar o direito social fundamental de que todos devem ter acesso regular aos alimentos, contextualizando historicamente o conceito de SAN, onde a FAO, desde 1982, enfatiza a importância de garantir que todas as pessoas tenham acesso físico e econômico à alimentação que necessitam, em todo momento. Ora, conquanto nada advém do nada, esta máxima também é plenamente válida no tocante à produção alimentícia. Em verdade, partindo de Kneafsey *et al.* (2013), não apenas a produção, mas também seu processamento, distribuição e comercialização - as quais quando ocorrem o mais próximo possível de uma área geográfica definida constituem sumária definição para o conceito de “sistema agroalimentar local” (SAGs Locais).

Além das atividades econômicas supracitadas, tais sistemas agroalimentares ainda englobam uma gama de sujeitos, produtos heterogêneos e cadeias produtivas curtas, envoltos na compreensão de comida (ou alimento local) relacionada à distância geográfica entre consumidores e produtores, bem como seus laços de proximidade, identidade e enraizamento social (SOUZA; FORNAZIER; DELGROSSI, 2020; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2012; MARTINEZ *et al.*, 2010). Em tempo, estes são ainda adjetivados como “sustentáveis” quando a reunião destes diversos elementos (ambiente, pessoas, processos, infraestruturas e instituições) estão em estreita relação de cooperação com o fortalecimento e consolidação da saúde coletiva em determinado território (COSTA; MELO; FROEHLICH, 2021; HLPE, 2014).

Adiante, com vistas ao fomento destes SAGs Locais e como instrumento de fomento



ao desenvolvimento econômico social local, cita-se o marco legal do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 (BRASIL, 2003); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com destaque ao artigo 14 da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), o qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica e que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação / Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE/PNAE) deverão ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Em contraste, esta mesma legislação permite também a compra de produtos industrializados, face à eventuais dificuldades de acondicionamento destes alimentos ou mesmo por não encontrar produção alimentar local suficiente (MELÃO, 2012). Não obstante, o Observatório da Merenda Escolar (OAE, 2021) assevera que agricultores familiares encontram problemas para fornecer alimentos ao PNAE, reflexo da “preferência” das prefeituras e governos estaduais por produtos industrializados, muitas vezes de forma irregular frente ao marco legal vigente.

De tal modo, percebe-se que a questão em voga constitui debate transversal às políticas públicas, à discussão multifatorial sobre desenvolvimento local-regional, agricultura familiar e suas cadeias produtivas que envolvem os sistemas agroalimentares. Contextualizadas nesse complexo e abrangente cenário multidisciplinar, felizmente, existem iniciativas de êxito que conseguiram contornar tais problemáticas.

Diante do exposto, esta pesquisa residiu sua relevância ao descrever e analisar uma ação inserida nesse conjunto. Assim, este artigo apresentou duas questões centrais de pesquisa: 1) apresentar e configurar, teoricamente, a inovação em torno do conceito dos SAGs Locais e; 2) conjecturar sobre a aplicação prática, a partir do caso da experiência do Programa de Regionalização da Merenda Escolar no município de Soure, localizado no arquipélago do Marajó, Estado do Pará.

Situado geograficamente na região norte do Brasil, o território em pauta contrasta inenarráveis riquezas e belezas naturais com elevadas taxas de vulnerabilidade social e miséria. Paradoxo posto, coloca-se em vista a questão da pobreza de tal região, e específico ao município de Soure/PA, este é marcado pela estatística de 61,98% da sua população (sobre)vivendo abaixo da linha da pobreza – aproximadamente 12 mil pessoas à época (SIIS, 2022). Igualmente, adendo a



tais fatos, estes tornam-se ainda mais graves e visíveis frente à questão da (in)segurança alimentar.

Nesse argumento, as questões de pesquisa dialogaram com a necessidade de debater à guisa dos conceitos de sistemas agroalimentares locais, metodologicamente partindo de uma abordagem mista, exploratória, baseada no ponto de vista dos procedimentos técnicos em pesquisa bibliográfica, pesquisa *desk*, análise documental e estudo de caso. Desta forma, buscou-se ilustrar as ações inovadoras relacionadas à merenda escolar provida à rede municipal de educação por interface do Programa de Regionalização da Merenda Escolar, no município de Soure/PA, a partir de suas problemáticas anteriores, ações e desafios futuros – envolvendo e equacionando complexos entraves pré-existentes afins aos SAGs Locais, oportunizando a regionalização do fornecimento dos insumos afins por parte dos agricultores familiares.

Para tal, partiu-se de uma contextualização histórica ao situar a iniciativa e suas inerentes problemáticas no espaço-tempo; avançando para a apresentação das ações relacionadas à SAN para as escolas da cidade e do interior do município, dada uma série de iniciativas relacionadas aos seus sistemas agroalimentares e ambiente de negócios, perpassando, principalmente, pelo eixo de compras públicas junto à agricultura familiar e pequenos negócios locais.

A culminância gerou uma reflexão crítica à potenciais alternativas futuras que possam efetivamente contribuir para estimular a geração de emprego e renda, criando um cenário favorável ao desenvolvimento e sustentabilidade destes empreendimentos agroalimentares e promoção do desenvolvimento social e econômico local, a partir do acesso e inclusão dos pequenos negócios e agricultores familiares nas oportunidades geradas.

## **METODOLOGIA**

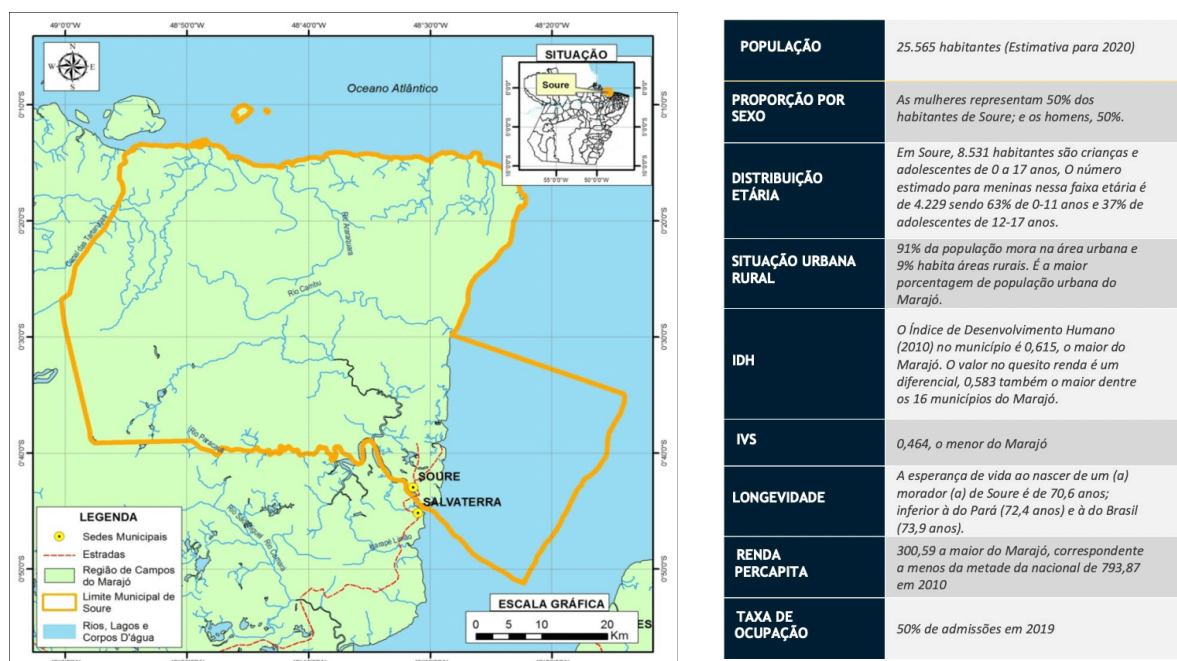
### **CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE ESTUDO**

A área de estudo desta pesquisa, localizada no Estado do Pará - Brasil, a Ilha do Marajó é o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, com 40.100 km<sup>2</sup> - com área total maior que a dos estados brasileiros de Sergipe e Alagoas; possui população total estimada em 610.972 habitantes, distribuídos em 17 municípios (FAPESPA, 2022). O lócus específico de Soure, sítio às coordenadas de latitude “0° 43’ 01” S” e longitude “48° 31’ 22” O” (vide ilustra o esquema da Figura 01) tem sua



população estimada em aproximadamente 25 mil pessoas e é considerada a “Pérola” ou “Capital do Marajó”, estando a economia local baseada nas atividades de pesca e agropecuária, correspondentes a 81,8% da distribuição do valor arrecadado pelo município (IBGE, 2019).

**Figura 01** | Mapa básico de localização e principais características sociodemográficas do município de Soure/PA



Fonte: Adaptado de BRASIL (2020); IBGE (2019)

## ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Do ponto de vista da sua natureza, a pesquisa foi aplicada ao objetivar gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos. Frente ao ponto de vista, a forma de abordagem ao problema foi mista, predominantemente qualitativa, mesmo ao empregar instrumentos que envolvem levantamentos estatísticos. Face aos seus objetivos, esta configurou-se como exploratória (ALMEIDA, 2017).

A abordagem recém citada associa-se à opção pelo estudo de caso, dado o foco no desenvolvimento de descrição em profundidade de uma experiência, objetivando fornecer uma compressão profunda do evento, analisando-a por meio da exposição detalhada e profunda envolvendo múltiplas fontes de informação e seus temas teóricos correlatos (CRESWELL, 2014).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Questão de pesquisa 01 – Construção de revisão teórica sobre o conceito dos sistemas agroalimentares locais.

O arranjo teórico deste artigo pautou-se nos referenciais bibliográficos postos nas revisões sistemáticas da literatura (RSL) elaboradas por Souza, Fornazier e Delgrossi (2020) e Silva (2020), identificando os principais elementos no debate do “estado da arte” afins aos conceitos de “sistemas agroalimentares locais”, “sistemas agroalimentares localizados” e “agricultura familiar”.

Estas RSL abrangeram um de total 91 artigos, com resultados que apontam conceitos principalmente correlacionados aos temas desenvolvimento rural local, inovação, sustentabilidade, estratégia de marketing, segmentação de mercados, agroecologia, valorização de territórios, programas e mercados institucionais, à produção alimentícia e seus impactos econômicos em comunidades locais, bem como às mudanças no padrão de consumo por parte dos consumidores; a partir dos quais foi possível dialogar entre os autores e a realidade posta.

Questão de pesquisa 02 – Apresentar a experiência do Programa de Regionalização da Merenda Escolar no município de Soure/PA, como estudo de caso.

Esta etapa da pesquisa envolveu múltiplas fontes de informação. Partiu-se do uso de dados secundários para obtenção de indicadores socioeconômicos do município, com posterior uso de observação participante a partir de visitas *in loco*; entrevistas com sujeitos relacionados ao processo de análise; análise documental de relatórios, estudos e materiais audiovisuais disponibilizados pela Prefeitura de Soure/PA, sua Secretaria Municipal de Educação, pela Agência Marajó-Campos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Pará (SEBRAE/PA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA).

A lógica de análise e tratamento dos dados remontou a uma narrativa histórica, aqui estabelecida em “Passado”, considerando o período anterior à 2018; “Presente”, contemplando as etapas engendradas entre 2018 e 2021; partindo para conjecturas *a posteriori*, ora denominadas “Futuro”.





## REVISÃO TEÓRICA: SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS

Os SAGs Locais têm na relação produtor-consumidor uma abordagem que está desde a origem, processamento e distribuição dos alimentos produzidos até a mesa do consumidor, e de preferência, por meio de cadeias curtas de valor curtas – contraponto à lógica das cadeias industriais longas e complexas, podendo estas ainda caracterizar-se em três tipos, a dizer: 1) compra direta do agricultor, em uma dinâmica de interação pessoal-presencial; 2) proximidade espacial, onde os produtos alimentícios são produzidos localmente e os consumidores tomam conhecimento desta natureza local no ponto de venda e; 3) espacialmente estendida, onde as “informações e significados” sobre o local de produção dos alimentos e de seus produtores são comunicadas aos consumidores que estão fora do local de produção - a exemplo, rótulos e embalagens (MARSDEN, BANKS; BRISTOW, 2012)

Como observado, estas cadeias curtas de distribuição, também denominadas como redes alternativas de alimentação – “*alternative food networks*”, têm por característica os canais de distribuição curtos (mercados de produtores, caixas de entrega, lojas de pequenos produtores, vendas agrícolas associadas ao agroturismo e outras formas de venda direta), assim como tem sólido assentar na questão da origem da produção e identidade com o território, permitindo saber onde os alimentos são produzidos – local; por quem – produtor e; como - sistema de produção (DAROLT *et. al*, 2016). Infelizmente, no Brasil, esta lógica ainda é incipiente e resume-se a iniciativas pontuais relacionadas a produtos alimentícios de origem agroecológica e a debates teóricos (PLOEG, 2008; WILKINSON, 2008; FERRARI, 2011; DAROLT, 2012).

Lógica posta, também se apresenta quadro teórico com a síntese conceitual dos sistemas agroalimentares locais sob diferentes pontos de vista.

## Quadro 01 | Síntese teórica relacionando diferentes temas centrais sobre os SAGs Locais

Temas centrais	Síntese teórica	Autores
Criação de valor	Tendência fruto do desejo dos consumidores por consumirem alimentos localmente cultivados e, por outro lado, ser uma alternativa aos agricultores para adicionar mais valor às suas comoditizadas produções convencionais. Reflexo disso são as iniciativas de “Marketing Territorial”, selos, certificações, rotulagens, indicações geográficas e de procedência.	Mount (2012); Anjos; Caldas (2017).
Análise da relação entre produtores e consumidores	Potencial movimento de oposição à produção padronizada de alimentos da agricultura industrial e seu “império alimentar”, a relação de consumo e comércio de alimentos entremeia uma relação pautada na confiança e ganha, em alguns casos, contornos de ato político contra a hegemonia do presente.	Ploeg (2008); Azevedo (2015);
Viabilidade de criação de SAGs Locais	A tese de viabilidade desse modelo tem por base a diminuição dos intermediários ao longo da cadeia de suprimentos, a diferenciação dos produtos e decorrente aumento do valor agregado, reforço dos aspectos identitários e cultural-regional, contribuindo assim para o desenvolvimento da região em âmbito social e mercadológico.	Oliveira; Freitas (2017).
Organização e cooperação	Mesmo os sistemas agroalimentares locais estão sujeitos aos clássicos e históricos desafios inerentes ao universo da agricultura familiar, como os relacionadas à escala de produção e custos de produção, dificuldades de acesso ao crédito, acesso limitado a tecnologias, problemas logísticos e baixo valor agregado. Iniciativas de cooperação e associativismo podem constituir uma alternativa para tais barreiras e desenvolver territórios.	Pereira <i>et al.</i> (2016); Lutz; Smetschka; Grima (2017).
Políticas públicas e institucionais	É factual a dificuldade imperativa que muitos agricultores familiares possuem em acessar mercados – mesmo os locais. Dessa forma, programas institucionais e políticas públicas de fomento são fundamentais para a redução da pobreza no campo, desenvolvimento rural, democratização do alimento e para a segurança alimentar e nutricional.	Izumi; Wriqth; Hamm (2010)

Fonte: Adaptado de Souza; Fornazier; Delgrossi (2020)

## RESULTADOS E DEBATE: PASSADO, PRESENTE E PONTES PARA O FUTURO

### A FOTOGRAFIA DO PASSADO

Amparado no marco legal do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), o qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar para os alunos da educação básica e o PNAE, em específico na observância do artigo 14 da referida legislação, reside no ano de 2017 o ponto de partida deste estudo de caso face ao fato de que o município de Soure, até então, não acessava esta política pública.



Não obstante, considerando o arvorar dos diversos elos que compõem os SAGs Locais inerentes ao ambiente, pessoas, processos, infraestruturas e instituições (COSTA; MELO; FROEHLICH, 2021; HLPE, 2014), era factual o descrédito da administração pública local. À ocasião, registram-se outras experiências pontuais e anteriores relacionadas ao fornecimento de alimentos para o PNAE, onde os compromissos financeiros assumidos pela prefeitura não foram devidamente honrados junto aos fornecedores. Tal fato relaciona-se ao narrado atraso demasiado nos pagamentos e até à sua não realização frente aos fornecedores, bem como há a observação de um quadro de informalidade nas compras públicas antecedentes, onde mesmo pessoas físicas eram habilitadas para tal.

Igualmente, soma-se incipiente acesso dos pequenos negócios locais às oportunidades e caminhos legais para participação nos processos de compras governamentais, mediante agravo à constatação de que servidores municipais ligados à área de compras públicas desconheciam os aspectos específicos abordados pela Lei Geral (BRASIL, 2006), a qual instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para, dentre outros pontos, regulamentar tratamento simplificado e diferenciado a esse setor da economia.

No que se refere à merenda escolar, os itens que então a compunham desconsideravam os gostos, preferências e hábitos culturais e alimentares dos estudantes da rede municipal de ensino, assim como eram adquiridos, em grande maioria, junto a fornecedores situados em outros municípios – não fomentando assim a cadeia produtiva e de valor local.

Adendo a este cenário, tem-se então Soure não atendia às premissas impostas pelo marco legal e limitava-se em fazer justificativas aos órgãos de controle competentes. Estava assim pavimentado o imperativo de articular um projeto/programa com o desafio de construir uma nova realidade, aqui referenciado pela solução proposta “Programa de Regionalização da Merenda Escolar”, iniciado no ano de 2019.



## AS INICIATIVAS E RESULTADOS DO PRESENTE

A seguir, passa-se a detalhar a iniciativa posta. Esta configurou experiência pioneira no município de Soure e no território do Marajó, ao visar garantir alimentação de qualidade para as escolas da cidade e do interior por meio do incentivo à regionalização das compras públicas realizadas junto à agricultores familiares e demais elos da cadeia produtiva dos sistemas agroalimentares locais, com vistas à agenda da merenda escolar e seus essenciais aspectos de SAN.

Pano de fundo, houve o entendimento de que, ao investir no aumento das compras junto aos agricultores locais, o setor público promoveria o desenvolvimento socioeconômico, a geração de emprego, renda, arrecadação e o aumento da qualidade de vida – ensejos esses reflexos da aproximação da gestão pública local aos programas de políticas públicas e desenvolvimento territorial em parceria com o SEBRAE local.

Igualmente, ao estimular as compras da agricultura familiar, a municipalidade utilizaria seu poder de compra em prol do desenvolvimento dos empreendimentos agroalimentares e suas organizações. Toda a população do território poderia ser beneficiada, contudo, uma série de entraves deveriam ser previamente removidos.

Reflexo, o Programa de Regionalização da Merenda Escolar de Soure/PA alicerçou-se a partir dos seguintes aspectos:

- Priorização das compras regionais e locais para a merenda escolar: aproveitar as potencialidades empreendedoras do município e seus sistemas agroalimentares locais, a vocação da cidade para as suas atividades produtivas e a valorização dos produtos locais e do território;
- Desenvolvimento e fomento da agricultura familiar e pequenos negócios rurais para a participação nas licitações da prefeitura municipal: promoção de ações de capacitação e cooperação técnica interinstituições, objetivando que estes pudessem vir a fornecer à administração pública local, provendo assistência técnica, jurídica, financeira e suporte-fomento à emissão de nota fiscal do produto rural e público Microempreendedor Individual (MEI) no próprio município de Soure;



- Aplicação das práticas de tratamento diferenciado aos pequenos negócios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (BRASIL, 2006): critério de desempate e regularização fiscal tardia; exclusividade nas licitações até R\$80.000,00; subcontratação para execução dos contratos destinados às grandes empresas; cota exclusiva para os pequenos negócios nas compras de bens de natureza divisível; prover o volume de recursos financeiros e econômicos necessários para a aquisição das compras públicas junto aos pequenos negócios em alinhamento ao valor e percentual das aquisições vinculadas ao PNAE e ao Programa Alimento Seguro (PAS), considerando os repasses federais; encaminhamento da relação de produtos a serem adquiridos da agricultura familiar/produtores e pequenos negócios locais, para a comissão de compras da prefeitura municipal, com posterior definição de prazos e construção de chamadas públicas;
- Ações de capacitação dos servidores da prefeitura local: vistas à priorização da aquisição de produtos e contratação de serviços dos pequenos negócios locais, urbanos e rurais, com prioridades aos agricultores familiares;
- Segurança Alimentar e Nutricional: elaboração de cardápios e construção de chamadas públicas que dialogassem a necessidade de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a merenda escolar com itens alimentares produzidos e disponíveis localmente, observando o que preconiza a lei do PNAE, sem, contudo, desagradar ao gosto e hábitos alimentares dos estudantes, atendendo ao desenvolvimento da cadeia produtiva dos alimentos existente na cidade e garantindo a atenção à cultura e aspectos de segurança alimentar-nutricional dos estudantes – como por exemplo, os produtos adquiridos em 2021, a dizer: farinha de mandioca, farinha e goma de tapioca, feijão caupi, chouriço Marajoara, frango abatido, filé de peixe, polpa de frutas, açaí, abacaxi, banana, mamão, melancia, melão, abacate, limão, mandioca, couve, cheiro verde, alface, coco verde, coco seco, queijo do Marajó, doce de leite do Marajó, ovos caipiras, feijão verde, maxixe, quiabo, berinjela, espinafre, maniva pré-cozida e abóbora.

Como pontos cardeais na sua sistematização, este programa teve por etapas os momentos apresentados no Quadro 02:

**Quadro 02** | Principais etapas de estruturação do Programa de Regionalização da Merenda Escolar de Soure/PA

Etapas		Objetivos
1	Diagnóstico situacional	Levantar montante de recursos disponível como base no repasse pelo FNDE e construir análise da série histórica dos indicadores correlatos;
2	Retomada e articulação da rede de parceiros	Realizar reuniões de alinhamento com os agricultores locais, EMATER/PA, SEBRAE/PA e outros parceiros envolvidos;
3	Fomento e assessoria técnica	Executar ações de capacitação e fomento à agricultura familiar e aos pequenos negócios locais, provendo assistência técnica, jurídica e financeira;
4	Mapeamento produtivo	Realizar levantamento da produção alimentícia local, embasada na identidade local e na sazonalidade, para construção dos cardápios a serem servidos aos estudantes;
5	Alinhamento entre as partes interessadas	Promover reuniões para diálogo com a gerência da alimentação escolar no município, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Secretaria de Educação, profissionais de nutrição, Prefeitura e outros parceiros estratégicos para apresentação e definições da pauta de compra da produção da agricultura familiar e seu uso na merenda escolar;
6	Elaboração de cardápios	Otimização e elaboração dos cardápios a serem servidos aos estudantes da rede municipal de ensino;
7	Operacionalização das compras públicas	Elaborar e encaminhar, em estrita conformidade com a legalidade, a relação dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar local para a Comissão de Compras da Prefeitura, a fim de definição de prazos, divulgação do planejamento e construção das chamadas públicas;
8	Logística	Articular as alternativas ótimas de distribuição, acondicionamento e processamento dos produtos alimentícios adquiridos junto aos agricultores locais, com posterior implementação dos novos cardápios e distribuição da merenda nas escolas.

Fonte: Autoria própria (2023)

A sequência de tais etapas aponta a preocupação em refletir a racionalidade teórica posta por Fornazier e Belik (2013), na qual os SAGS Locais surgem como alternativa às distorções e lacunas consentidas pelo convencional modelo de produção, além de buscar “descomoditizar” os alimentos



ao conectá-los com os produtores e consumidores, por meio da lógica de proximidade e localidade.

De tal sorte, o diagnóstico situacional mapeou os valores creditados ao município, os recursos despendidos com a aquisição de insumos da agricultura familiar, assim como quais produtos e produtores estavam contemplados. A série histórica contempla o período de 2017 a 2021 e é posta em detalhes no Quadro 03 – onde observa-se a não conformidade atinente à legislação vigente do PAA/PNAE nos anos anteriores à iniciativa (2017 e 2018), assim como a inserção de novos itens locais e identitários entre os produtos adquiridos, a partir de 2019.

**Quadro 03** | Síntese do relatório referente às compras públicas da agricultura familiar para a merenda escolar de Soure/PA, entre 2017 e 2021.

Ano	Valor creditado (R\$)	Valor das despesas na agricultura familiar (R\$)	Percentual (%)	Produtos adquiridos
2017	756.471,60	168.846,39	22,32	Farinha de mandioca, farinha tapioca, goma de tapioca, feijão caupí, frango abatido, polpa de frutas, açaí, abacaxi, banana, melancia, mamão, mandioca, batata doce, cheiro verde, couve, alface, coco seco, leite de búfala, ovos caipiras.
2018	939.462,40	159.203,50	16,95	Idem à 2017.
2019	703.036,00	355.355,11	50,55	Farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma de tapioca, feijão caupí, chouriço e linguiça marajoara, peixe, polpa de frutas, açaí, abacaxi, banana, mamão, melancia, limão, mandioca, batata doce, ovos caipiras, cheiro verde, couve, quiabo, alface, coco verde, coco seco.
2020	701.888,00	290.917,59	41,45	Farinha de mandioca, farinha tapioca, goma de tapioca, feijão caupí, chouriço Marajoara, filé de peixe, polpa de frutas, açaí, abacaxi, banana, mamão, melancia, melão, limão, abacate, mandioca, batata doce, cheiro verde, couve, quiabo, alface, coco verde, coco seco, queijo do Marajó, ovos caipiras.
2021	701.888,00	445.558,73	65,48	Idem à 2020.

Fonte: Autoria própria (2023)



Vide os dados do Quadro 03, é possível observar considerável crescimento percentual dos recursos destinados às compras da agricultura familiar local no âmbito do programa em debate e decorrente conformidade perante a legislação pertinente. Igualmente, ao contextualizar este recorte frente à pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, OAE (2021) cita que, na amostra pesquisada neste mesmo período, o acesso dos agricultores familiares ao programa PNAE/PAA foi prejudicado pelas interrupções ou redução significativa das compras públicas afins, inclusive com casos de descumprimento de contratos já vigentes – fenômeno contrário ao observado na presente análise.

Em avanço, o exercício de uma construção dialógica foi realizado. A aproximação e articulação junto aos atores sociais locais – produtores, poder público, comunidade educacional e demais entes envolvidos nesta cadeia produtiva; mobilizando e engajando-os no sentido de neutralizar os obstáculos e potencializar as oportunidades afins aos objetivos do projeto, assim como cita-se a articulação de uma rede de parceiros institucionais que pudessem, dentro de suas expertises, contribuir frente aos entraves anteriores à iniciativa.

Dente estes, coube ao SEBRAE/PA, por meio da agência/escritório regional “Marajó-Campos”:

- a) contribuição nas ações de capacitação das partes interessadas afim à temática de compras públicas;
- b) orientações à formalização dos negócios envolvidos;
- c) definição das estratégias a serem utilizadas para o aumento das aquisições junto aos agricultores familiares;
- d) prover apoio técnico e de gestão, por meio de consultorias e orientações, aos pequenos negócios e agricultores familiares envolvidos.

À EMATER coube promover ações de capacitação e organização técnico-produtiva para os agricultores locais envolvidos, assessoria para acesso à Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF Jurídico - DAP), além de auxiliar no mapeamento das capacidades produtivas locais.

Por fim, a Prefeitura de Soure agiu em prol da articulação e fomento financeiro na agenda do associativismo, catalisando a criação da Associação da Agricultura Familiar dos Campos do Marajó (AAFCAM) – ação essa fundamental para mitigar variáveis de objeção como o acesso a um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e baixo capital de giro anterior.





Em específico à questão de SAN, a reformulação dos cardápios da merenda escolar mereceu especial destaque. Elaborados pelos profissionais de nutrição da rede pública municipal, estes adotaram a inclusão dos produtos da agricultura familiar, postos em menus saudáveis e que valorizam os costumes e a identidade regional, refletindo em estudantes acessando alimentação segura, saudável e economia local aquecida.

Empiricamente, observou-se que a comunidade estudantil tem avaliado positivamente a merenda escolar disponibilizada nas escolas da rede pública municipal de Soure, em especial, os itens do novo cardápio, como por exemplo, açaí, maniçoba, filé de peixe, “Romeu e Julieta Marajó” (doce feito com o leite de búfala) e diversos outros produtos *in natura* oriundos da fruticultura e produção do leite de búfala locais: hambúrguer, queijo do Marajó, leite de búfala pasteurizado, manteiga do Marajó e pão de queijo (Figura 03).

**Figura 03** | (a) Produtos oriundos da fruticultura e produção do leite de búfala locais e (b) destaques da iniciativa na mídia.



Fonte: Autoria própria (2023)

Atinente à operacionalização do processo de compras públicas faz-se mister também descrever as ações realizadas em específico junto aos sistemas agroalimentares locais no âmbito dos programas PNAE a PAA.

No horizonte de análise desta pesquisa, 2017 a 2021, o volume de recursos investidos na agricultura familiar e na merenda escolar foi de R\$ 3.777.080,80. Foram identificados oitenta e sete agricultores familiares que apresentaram projetos de vendas e foram habilitados nas chamadas publicas do período, acessando recurso financeiro no montante de R\$1.009.768,00 (SEBRAE/PA, 2022). Em tempo, entende-se que tais dados precisam ser contextualizados em lente que faça interseção e amplie os horizontes de análise dos SAGs Locais, a fim de melhor dimensionar o enredar da ação. A Tabela 01 relaciona os números globais referentes aos públicos de interesse da iniciativa.

**Tabela 01** | Dados amostrais globais do universo de públicos de interesse beneficiados

Públicos	Quantitativos
Agricultores familiares no município	1855
Cooperativas de agricultores familiares no município	04
Associações de agricultores familiares	03
Empreendedores rurais	87
Microempreendedores Individuais	605
Pequenas empresas optantes pelo Simples	850
Alunos matriculados na rede municipal de ensino	4937
Número de turmas na rede municipal de ensino	246

Fonte: Autoria própria (2023)

Em análise aos dados da Tabela 01, considerando também o recurso financeiro destinado às compras da agricultura familiar para a merenda escolar, obtém-se a razão de R\$204,53 investidos por aluno matriculado e R\$4.104,75 por turma da rede municipal de ensino. Ao pautar a presente análise com base na memória de cálculo adotada pelo PNAE – a razão entre o valor repassado, em reais, por 200 dias letivos/ano, por aluno; tem-se o valor de referência de R\$0,36 para alunos do ensino fundamental e médio. Vide os dados citados, em Soure, essa razão é de R\$1,02 – 284% maior.



Coloca-se ainda a inferência da relação entre este programa e o incentivo à formalização e fluxo circular da economia local, vide o aumento dos pequenos negócios formalizados e o incremento de recursos financeiros no território – R\$19.799.922,63 foi o montante total investido em compras públicas relacionadas às licitações que envolvem esse universo, no intervalo 2018-2021, correlacionando-o ao factual aumento de 129% no número de microempreendedores individuais e 88,80% de empresas optantes pelo Simples Nacional, entre 2017 e 2021 no mesmo intervalo temporal (SEBRAE/PA, 2022).

O programa ainda acabou por trazer como resultado indireto e qualitativo a maior organização e fortalecimento da cadeia produtiva local, com a valorização da produção da agricultura familiar, sua organização e melhoria da renda dos agricultores familiares, com impactos positivos nos segmentos econômicos afins (piscicultura, fruticultura, pecuária, laticínios, comércio e serviços).

Igualmente, resultado relevante também é o frutificar do associativismo e cooperativismo. No presente, há 04 associações/cooperativas de agricultores familiares atualmente envolvidas nesta nova dinâmica de compras públicas, com aproximadamente 150 famílias envolvidas no processo de produção e entrega de alimentos para o PNAE no município e ensejou também a já citada criação da AAFCAM, em 2019 - atualmente com 55 associados, fornecendo hortaliças, frutas, peixe congelado proveniente da piscicultura local, queijo do Marajó e Linguiça Marajoara.

Por fim, pode-se induzir que a iniciativa de estudo apresentou estrita correlação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre os 17 ODS, pode-se elencar nessa iniciativa a atenção aos seguintes objetivos: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades e; parcerias e meios de implementação - culminando assim em estratégias e operação em prol de uma realidade mais sustentável e inclusiva, combatendo os problemas sociais, econômicos e ambientais mais proeminentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar o universo da agricultura familiar e todo o seu complexo contexto e imbricamentos, entende-se que sua aproximação à temática da merenda escolar configura fértil campo de estudo e ponte para muitas oportunidades, ao passo que o debate conceitual e o estudo do caso apresentado permitem entender essa relação além de uma ação voltada à segurança alimentar e nutricional.

Face aos objetivos do trabalho, a partir da lente da fundamentação teórica realizada e do estudo pragmático dos sistemas agroalimentares locais assentado sob políticas públicas, alcançou-se o objetivo de socializar o estudo de um caso que garantiu mais do que o acesso à alimentação segura e de qualidade. Neste, permitiu-se também a promoção da inclusão social-econômica de centenas de pessoas rumo às melhores condições de vida, dado o fluxo de trabalho e riqueza gerado pela nova dinâmica implementada nos sistemas agroalimentares postos, valorando e desenvolvendo toda uma cadeia que engloba a produção, distribuição, comércio e consumo de alimentos com identidade local.

Entende-se ainda que ao investir na priorização das compras de produtos alimentícios junto aos produtores locais e fomentar os demais elos da cadeia, esta ação promoveu acesso dos estudantes à alimentação saudável e segura, promoveu o desenvolvimento dos empreendimentos agroalimentares locais e avançou na pauta da sustentabilidade da agricultura familiar e deste ecossistema econômico-social.

Adendo importante, coloca-se a manutenção e aceleração dos esforços deste programa mesmo durante o período da pandemia de Covid-19. Ainda que diante dos desafios do cenário pandêmico, o fornecimento afim manteve-se normalizado e com a merenda chegando regularmente às famílias dos estudantes das comunidades urbanas e rurais do município. Igualmente, mesmo no período de suspensão das aulas, com as escolas fechadas, os estudantes locais receberam diariamente os alimentos preparados para consumir em suas casas. Já para os estudantes da área rural foram montados kits que incluíram itens da agricultura familiar e eram entregues a pé, carroças ou até por montaria em cavalos e búfalos.

Enquanto sugestões para futuras pesquisas, sugere-se analisar, em específico, alternativas à articulação para fortalecimento das iniciativas apresentadas, com vistas ao cooperativismo, economia



solidária, articulações em rede, ações de capacitação dos agricultores familiares frente a tecnologias sociais (produtivas e de gestão), estudos que examinem as relações produtivas com o meio ambiente e as percepções dos consumidores sobre as designações de local. Enseja-se ainda analisar, sob os ângulos socioeconômicos e territoriais, os processos inovativos relacionados SAGs Locais e eventuais produtos daí originados e protegidos sob denominação e indicação de origem, bem como intensificar a comunicação destes resultados a fim de inspirar outros municípios, marajoaras ou não, a implementar empreendimentos similares; configurando assim não simbólicas e isoladas ilhas de êxito, mas sim uma patente contribuição ao desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. B. Noções básicas sobre Metodologia de pesquisa científica. **Universidade Federal de Minas Gerais**. 2017. Disponível em <<http://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>>.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. A Dinâmica dos canais curtos de comercialização: o caso do Projeto **Campagna Amica na Itália**. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 771-792, 2017.

AZEVEDO, E. O Ativismo Alimentar na perspectiva do Locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 81-98, 2015.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Abrace o Marajó**: Plano de Ação 2020-2023. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasil, 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)>

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm)>.

CAMPOS, M. M. *et al.* Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em âmbito local: discussões e resultados de um projeto de extensão em campos dos Goytacazes (RJ). **Revista Conexão UEPG**, v. 16, p. 1–18, 2020.

COSTA, F. F.; MELO, L. F.; FROELICH, J. M. **Sistemas agroalimentares sustentáveis e sua importância para a saúde coletiva**. II EOTND. 2021. Disponível em: <<https://agronfoodacademy.com/sistemas-agroalimentares-sustentaveis-e-sua-importancia-para-a-saude-coletiva/>>

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre, Penso, 2014.

DAROLT, M. R. *et al.* Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.



DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre produtores e consumidores. Londrina: IAPAR, 162 p., 2012.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**: Transforming food systems for food security, improved nutrition, and affordable healthy diets for all. Rome, FAO, 2021.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Ampara a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração 2022**. 2022. Disponível em: <<https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2022/>>.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 347f. Ph.D Thesis in Rural Development Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 204–218, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634598>.

HLPE. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**: A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: FAO, jun. 116, 2014. <Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3901e/i3901e.pdf>>

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Soure**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama>>

IZUMI, B.T.; WRIGHT, D. W.; HAMM, M. W. Farm to school programs: Exploring the role of regionally based food distributors in alternative agrifood networks. **Agriculture and Human Values**, v. 27, n. 3, p. 335-350, 2010.

KENEAFSEY, M. *et al.* Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the UE. A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. **JRC SCIENTIFIC AND POLICY REPORTS**. União Europeia. 2013. Disponível em: <[http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC80420/final%20ipts%20jrc%2080420%20\(online\).pdf](http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC80420/final%20ipts%20jrc%2080420%20(online).pdf)>.

LUTZ, J.; SMETSCHKA, B.; GRIMA, N. Farmer Cooperation as a Means for Creating Local Food Systems—Potentials and Challenges. **Sustainability**, v. 9, n. 6, p. 925, 2017.

MACHADO, M. **Políticas de segurança alimentar**: Belo Horizonte e Santos, uma visão sobre a continuidade e mudança. Dissertação (Mestrado) – Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2006.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociol. Rural**. 40, 424–438, 2012.

MARTINEZ, S. *et al.* **Local food systems**: Concepts, impacts, and issues, ERR 97. US Department of Agriculture, Economic Research Service, v. 5, 2010.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES-Estudos e Pesquisas**, v. 2, n. 2, p. 87-105, 2012

MOUNT, P. Growing local food: scale and local food systems governance. **Agriculture and Human Values**, v. 29, n. 1, p. 107-121, 2012.

OAE. **Levanta Dados Agricultor/a**: o fortalecimento da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na pandemia de Covid-19. 2021. Disponível em: <[https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/LEVANTA\\_DADOS\\_AGRICULTOR\\_WEB\\_FINAL.pdf](https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/LEVANTA_DADOS_AGRICULTOR_WEB_FINAL.pdf)>

OLIVEIRA, T. E.; FREITAS, D. S. Local beef production: what Rio Grande do Sul is waiting for? **Revista em Agronegócio e**



**Meio Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 321, 2017.

PEREIRA, M. *et al.* Coordenação na Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Territorial: o caso das indicações geográficas para o café. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 131, 2016.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2008.

SEBRAE/PA. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENA EMPRESAS NO PARÁ. **Relatório de licitação Prefeitura Municipal Soure/PA – Marajó – ano 2022**. Soure, SEBRAE/PA, 2022.

SILVA, L.M.C. **Inovações e sistemas agroalimentares localizados (SIALs)**: uma revisão sistemática da literatura. XLIV Encontro da ANPAD – EnANPAD 2020, 2020. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MjgxNzg=/>](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjgxNzg=/>)

SIIS. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE INDICADORES SOCIAIS DO ESTADO DO PARÁ. **Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará**: abrangência - Soure. 2022. Disponível em: <[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/soure\(2\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/soure(2).pdf)>

SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. Sistemas Agroalimentares Locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-20, 2020.

TENENTE, L. **Por “razão humanitária”, escolas se arriscam e deixam alunos levarem merenda para familiares com fome; “Foi o que me sustentou nos últimos meses”, diz mãe**. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/07/03/por-razao-humanitaria-escolas-se-arriscam-e-deixam-alunos-levarem-merenda-para-familiares-com-fome-foi-o-que-me-sustentou-nos-ultimos-meses-diz-mae.ghtml>>.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

